

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 12, Número 1, Junho de 2023

Artigos Inéditos

O STF e a defesa da democracia no Brasil

Oscar Vilhena Vieira

**A cooperação Sul-Sul e o setor privado: um balanço
das relações do Brasil com Angola e Moçambique
no século XXI**

André Guzzi e Laurindo Tchinhama

Traduções

**Por que as democracias da América Latina
estão estagnadas**

Scott Mainwaring e Aníbal Pérez-Liñán

**Exércitos e autocratas: por que as Forças Armadas
de Putin fracassaram**

Zoltan Barany

A sombra da direita sueca

Bo Rothstein

**Por que a direita europeia abraça os
direitos dos homossexuais**

Gabriela Magni e André Reynolds

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

CONSELHO EDITORIAL	Bernardo Sorj Sergio Fausto
TRADUÇÃO	Fabio Storino
REVISÃO TÉCNICA	Otávio Dias Beatriz Kipnis
DIAGRAMAÇÃO	Felipe Martins Wonderweb

Journal of Democracy em Português, Volume 12,
Número 1, São Paulo, Junho de 2023
Plataforma Democrática
ISSN 2527-1369

Índice de catálogo sistemático:

Democracia, Política e Governo, Sociedade, Partidos Políticos, Políticas Públicas.

© Copyright - Todos os direitos reservados à:

Fundação Fernando Henrique Cardoso
Rua Formosa, 367, 6º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01049-000
www.fundacaofhc.org.br • e-mail: imprensa@fundacaofhc.org.br

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**
FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN
PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



São Paulo (Sede)
Rua Formosa, 367, 6º andar - Centro
São Paulo - SP - Brasil - CEP 01049-000
tel: +55 (11) 3359-5000
contato@plataformademocratica.org

PERIODICIDADE: Semestral

Apresentação

O Supremo Tribunal Federal e a defesa da democracia no Brasil. Os motivos da estagnação das democracias latino-americanas. Por que as Forças Militares da Rússia estão enfrentando tantas dificuldades em solo ucraniano? Um balanço da política externa brasileira para a África durante os primeiros governos Lula e as perspectivas com a volta dele ao poder. Estes são os principais temas desta edição do Journal, que traz dois artigos inéditos, escritos por autores brasileiros, e quatro traduções.

No artigo que abre a edição, o professor de Direito Constitucional e Direitos Humanos Oscar Vilhena Vieira (FGV) analisa o comportamento das instituições de defesa da democracia brasileira, em especial a postura do Supremo Tribunal Federal, a partir da ascensão ao poder, em 2018, de um presidente da República ostensivamente hostil à democracia constitucional estabelecida em 1988. Segundo o autor, no extenso arco de proteção da democracia brasileira estabelecido pela Constituição Federal de 1988, o Supremo Tribunal Federal desempenhou um papel central. A postura expressamente “combativa” assumida pelo STF, diante dos crescentes ataques ao Estado Democrático de Direito, reacendeu o debate sobre o controvertido conceito de “democracia militante”, o que parece inescapável em tempos de ameaça de erosão da democracia.

“Reivindico que, nos dias de hoje, o conceito de democracia militante designa, sobretudo, uma postura a ser assumida por aquelas instituições e autoridades que têm a responsabilidade por promover a defesa da democracia. Essa postura reclama uma atitude alerta, vigilante e, se necessário, combativa na defesa da democracia, por meio das ferramentas institucionais e legais de autodefesa democrática, operadas dentro do marco dos direitos fundamentais”, escreve.

Vieira alerta, no entanto, que as “ferramentas da democracia defensiva”, assim como a “postura militante” daqueles que ocupam as instituições democráticas, “jamais poderão substituir o sistema político propriamente dito, na função de coordenar conflitos políticos e promover soluções para o atendimento das expectativas de bem-estar dos cidadãos dentro de uma sociedade plenamente democrática”.

No segundo texto inédito, os professores de Relações Internacionais André Guzzi (EAESP FGV) e Laurindo Tchinama (Universidade Federal de Uberlândia) fazem um balanço da política externa brasileira para a África e a Cooperação Sul-Sul, que teve seu auge na primeira década do século 21, e avalia as perspectivas de uma retomada dessa política como uma prioridade da diplomacia brasileira.

“Com o retorno do presidente Lula ao poder, é crucial olhar para esse processo e assimilar algumas lições aprendidas”, escrevem os autores. Para promover uma política externa atualizada para a África, faz-se necessário compreender as reais necessidades dos países do continente e reconhecer que hoje outras potências, como a China, ganharam espaço no continente africano e resistirão a uma eventual tentativa do governo e do setor privado brasileiros de serem mais atuantes na região.

Os autores alertam ser “fundamental promover um sistema de *accountability*” para evitar que a “falta de transparência” nos projetos público-privados ocorrida no passado recente “volte a contaminar a Cooperação Sul-Sul”, que nos últimos anos “passou a ser alvo da polarização política e ideológica que caracterizam o cenário político brasileiro”.

No terceiro artigo, os cientistas políticos Scott Mainwaring e Aníbal Pérez-Liñan, professores da Universidade de Notre Dame (EUA), afirmam que a maioria dos países da América Latina vive uma fase de estagnação democrática, com déficits democráticos importantes e persistentes que os impedem de se tornar democracias mais solidamente liberais.

Após expor os três principais fatores que contribuem para esse padrão generalizado na região, eles concluem: “A estagnação democrática facilita a ascensão de presidentes iliberais que protestam contra o sistema. Às vezes eles conseguem dismantelar a democracia e outras vezes, fracassam. Quando fracassam, o regime político volta ao estado familiar de semidemocracia, ou talvez uma democracia de desempenho médio. Construir democracias que funcionem melhor e mostrem mais respeito pelos direitos dos cidadãos é um dos grandes desafios que a América Latina enfrenta”.

Por que as Forças Armadas da Rússia – que segundo a sabedoria convencional teriam se transformado em uma máquina militar eficaz após mais de duas décadas de governo forte de Vladimir Putin – enfrentam tantas dificuldades na Guerra da Ucrânia? Esta é a pergunta que o professor de Governo da Universidade do Texas em Austin Zoltan Barany busca responder no quarto texto deste *Journal*.

“Os militares russos são um reflexo por excelência do Estado que os criou: autocrático, obcecado pela segurança e repleto de tomadas de decisão profundamente centralizadas, relações disfuncionais entre autoridades civis e militares, ineficiência, corrupção e brutalidade”, escreve o autor, que relaciona cinco pontos-chave para entender o fracasso da invasão russa iniciada em fevereiro de 2022, sem perspectiva de fim.

A democracia da Suécia, uma das mais estáveis da Europa, está ameaçada diante da impressionante ascensão do Democratas Suecos (SD), um partido populista e nacionalista de direita que, em 2022, conquistou a segunda maior votação nas eleições para o Riksdag (parlamento)? Este é o tema do quinto artigo, escrito por Bo Rothstein, professor emérito de ciência política da Universidade de Gotemburgo. Antes tratado como um “partido *non grata*” pelas elites políticas tradicionais, o Democratas Suecos rompeu esse bloqueio, passou a integrar a coalizão de centro-direita que governa o país e, embora não ocupe nenhum ministério, tem hoje capacidade de influenciar políticas públicas nas áreas de imigração, direitos humanos e segurança pública.

“As políticas nacionalistas e anti-imigração do SD e seu acentuado iliberalismo fizeram com que alguns analistas temessem pelo futuro da democracia sueca. Até o momento, não há sinais de que esse processo esteja em curso, mas o fato é que o Democratas Suecos faz parte do governo, e o acordo pluripartidário (fechado pela coalizão governista) contém muitas propostas para diminuir os direitos sociais e políticos dos imigrantes. É preciso observar todo esse processo com atenção”, escreve o autor.

O que motivou alguns importantes partidos de direita europeus a abrir mão de uma oposição histórica aos direitos LGBTQ+ e, nas últimas duas décadas, abraçar a causa dos direitos e da igualdade dos homossexuais? Foi uma mudança fundamental de valores ou somente estratégia eleitoral? É o que a última tradução desta edição busca explicar.

“Os partidos tradicionais de centro-direita tornaram-se mais pró-gays depois de se tornarem mais seculares, reconceituando e incorporando famílias do mesmo sexo aos valores familiares tradicionais e usando o liberalismo social para provar que se modernizaram. Já a posição dos partidos de direita radical está dividida. Até o momento, no entanto, nenhum partido de direita — seja secular ou religioso, centrista ou radical — expressou apoio aos direitos e identidades transgêneros”, escrevem Gabriele Magni e Andrew Reynolds, especialistas em políticas LGBTQ+ na Europa.

Boa leitura,

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

Por que a direita europeia abraça os direitos dos homossexuais

Gabriele Magni e Andrew Reynolds

Gabriele Magni é professor-assistente de ciência política da Loyola Marymount University, onde também é diretor-fundador da Iniciativa de Pesquisa de Políticas LGBTQ+ e diretor do Global Policy Institute. Andrew Reynolds é autor de The Children of Harvey Milk: How LGBTQ Politicians Changed the World [Os filhos de Harvey Milk: como os políticos LGBTQ transformaram o mundo] (2018).

Ao longo do último século, houve uma mudança radical no cenário dos direitos LGBTQ+ em grande parte do mundo — particularmente na Europa Ocidental, nas Américas e na Australásia. Houve progresso em matérias de igualdade nos campos da opinião pública, da política e da legislação. O casamento entre pessoas do mesmo sexo é agora legal em 33 países e, em muitos lugares, as pessoas LGBTQ+ desfrutam de, pelo menos, alguma medida de proteção contra crimes de ódio com base na orientação sexual e discriminação no emprego, bem como os direitos de adotar crianças e servir nas forças armadas.

Ao mesmo tempo, porém, a homossexualidade continua ilegal em 69 países, com possível pena de morte em onze deles. Em outros, a execução extrajudicial de homossexuais é, na prática, sancionada pelo Estado. Na Rússia, em partes da África e no Caribe, as pessoas LGBTQ+ talvez corram um perigo ainda maior hoje do que há vinte anos.

*Publicado originalmente como “Why Europe’s Right Embraces Gay Rights”, Journal of Democracy, Volume 34, Number 1, January 2023 © 2023 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press.

Para complicar o quadro, indivíduos e grupos transgêneros, não binários e não conformes com o gênero enfrentam discriminação, demonização e violência, mesmo em lugares onde as comunidades lésbicas e gays conquistaram avanços legais significativos. Grupos socialmente conservadores, próximos do poder e bem financiados, que anteriormente lideraram a luta contra os direitos dos homossexuais, agora apontam sua mira para pessoas transgênero, alimentando o fanatismo a fim de mobilizar eleitores em uma guerra cultural fabricada.

Mas, em um acontecimento impressionante e surpreendente, diversos partidos políticos europeus à direita do centro do espectro político passaram a abraçar a causa dos direitos e da igualdade dos homossexuais (embora geralmente não direitos e proteções para trans e outras pessoas não conformes com o gênero). Esses partidos mais à direita também têm conseguido eleger candidatos e líderes gays, lésbicas e bissexuais. Ao fazê-lo, buscam sinalizar que são modernos e inclusivos. Por trás dessa tendência parece estar uma combinação de valores sociais em evolução, estratégias e escolhas pela liderança e religiosidade em declínio entre os eleitores. No entanto, nem todos os partidos de direita apoiam os direitos dos homossexuais.

Para ajudar a entender onde os partidos *gay-friendly* [favoráveis aos gays] se enquadram no espectro político, dividimos a direita em três grandes categorias: a centro-direita, que se tornou mais socialmente liberal à medida que se tornou menos religiosa; a direita radical, cujo apelo populista está enraizado em pautas nacionalistas e xenofóbicas; e a direita religiosa, cujos eleitores continuam ligados à Igreja. Mas existe alguma diversidade mesmo dentro dessas categorias: por exemplo, embora alguns partidos populistas de direita radical ainda sejam altamente homofóbicos, nem todos o são. A Tabela abaixo mostra onde os partidos europeus se posicionam em relação aos direitos dos homossexuais em cada uma dessas categorias.

A evolução das visões da direita europeia sobre os direitos LGBTQ+ levanta uma série de questões importantes: o que motivou esses partidos

a abraçar os direitos dos homossexuais — uma mudança fundamental nos valores ou na estratégia eleitoral? Por que alguns partidos de direita resistiram a essa tendência e até intensificaram seus ataques a todas as pessoas LGBTQ+? E por que os direitos e proteções para as pessoas transgênero foram amplamente separados do apoio da direita política aos direitos de lésbicas e gays?

Tabela: Uma classificação da direita em relação aos direitos LGBTQ+

Centro-direita	Direita radical		Direita religiosa
Direitos pró-LGBTQ+*	Direitos anti-LGBTQ+		
Alemanha, CDU**	Alemanha, AfD**	Áustria, FPÖ	Alemanha, CSU
Austria, ÖVP**	Austria, BZÖ**	Eslováquia, ĽSNS	Eslovênia, NSi**
Bélgica, N-VA	Bélgica, VB	Eslováquia, OĽaNO	Finlândia,
Bélgica, CD&V	Dinamarca,	Eslováquia, SR	Democratas-
Bélgica, Les Engagés	Partido Popular	Eslovênia, SDS	Cristãos
Dinamarca, Partido	Dinamarquês	Espanha, Vox	Itália, UdC/NcL
Popular Conservador	Finlândia, Partido	Estônia, EKRE	Noruega, KrF
Dinamarca, Partido	dos Finlandeses	Estônia, Isamaa**	Países Baixos, CU
Liberal da Dinamarca	França, FN/RN**	Grécia, Solução Grega	Rep. Tcheca, KDU-
Eslováquia, SaS	Países Baixos, PVV	Hungria, Fidesz	CSL**
Espanha, Partido	Países Baixos, LPF	Hungria, Jobbik	Suíça, EVP
Popular	Reino Unido, UKIP	Itália, Irmãos da Itália	
Estônia, Partido da	Suécia, Democratas	Itália, Liga	
Reforma**	Suecos	Letônia, Aliança Nacional	
Finlândia, Coalizão	Suíça, SVP**	Polônia, Lei e Justiça	
Nacional		Portugal, Chega	
França, Os Republicanos		Rep. Tcheca, SPD	
Grécia, Nova			
Democracia			
Irlanda, Fianna Fáil			
Irlanda, Fine Gael			
Islândia, Partido da			
Independência			
Islândia, Partido da			
Reforma			
Letônia, Unidade			
Liechtenstein, FBP			
Lituânia, União da Pátria			
Luxemburgo, CSV/PCS			
Malta, PN			
Noruega, Partido			
Conservador			
Países Baixos, VVD			
Países Baixos, CDA			
Polônia, Plataforma			
Cívica			
Portugal, PSD**			
Reino Unido, Partido			
Conservador			
Rep. Tcheca, ODS**			
Rep. Tcheca, TOP 09**			
Suécia, Moderados			
Suécia, Democratas-			
Cristãos			
Suíça, O Centro**			

* A coluna “pró” inclui desde partidos que se envolvem em ações substantivas e compromissos programáticos (muitas vezes na centro-direita) a partidos que demonstram apoio aos direitos dos homossexuais sobretudo por meio de retórica e propostas políticas fragmentadas.

** Partido possui divisões internas significativas a respeito do tema.

Nota: A categorização é baseada em dados da Chapel Hill Expert Survey 1999–2019 (<https://www.chesdata.eu>), do ParlGov (<https://www.parl.gov.org>) e do Projeto Manifesto (<https://manifesto-project.wzb.eu>) e em opiniões de especialistas.

A direita segue a esquerda

Durante o primeiro século da democracia moderna, nenhum partido político dominante defendia os direitos dos homossexuais. A homofobia generalizada e a centralidade da religião na vida da maioria das pessoas, independentemente de classe ou ideologia, significavam que a causa conseguia avançar pouco entre os políticos predominantemente masculinos de qualquer parte do espectro político. Mas, na década de 1970, um grupo de partidos europeus de esquerda e socialmente liberais de centro começou a abraçar os direitos de gays e lésbicas como parte de um esforço da esquerda para introduzir a liberdade individual em normas social-democratas coletivas.

Nas décadas de 1990 e 2000, alguns partidos conservadores de centro se juntaram ao primeiro grupo da esquerda e do centro liberal. Alguns desses convertidos de centro-direita tornaram-se defensores mais fortes da causa da igualdade gay do que seus antecessores à esquerda. Partidos conservadores na Noruega, Dinamarca, Grã-Bretanha e Países Baixos alardeavam seu recém-descoberto entusiasmo pelos direitos dos homossexuais como um sinal de modernidade e maturidade política. Na virada do século, a igualdade para gays e lésbicas tornou-se sabedoria convencional e a homofobia explícita tornou-se um tabu na maior parte da Europa Ocidental e Escandinávia.

Os partidos de centro-direita foram capazes de avançar na questão dos direitos dos homossexuais porque seus eleitores pararam de julgar cada partido e candidato com base em um placar de religiosidade. Na década de 1990, muitos conservadores se tornaram menos religiosos. Os conservadores que permaneceram altamente religiosos migraram para partidos irredutivelmente religiosos, que até então encontravam-se em declínio.

Para os partidos de centro-direita, defender questões de direitos dos homossexuais, como a igualdade no casamento e o direito

de casais do mesmo sexo adotarem crianças, enquanto apoiavam suas próprias lideranças políticas gays, mostrou-se uma excelente estratégia de marketing. Ajudou a suavizar a imagem associada à austeridade econômica e ao firme apoio ao capitalismo desenfreado. Esses partidos de centro-direita contextualizaram seu apoio ao casamento gay e à adoção como algo alinhado à sua crença na família nuclear: dois pais criando filhos. Como explicou o então primeiro-ministro britânico David Cameron em 2012: “Eu não apoio o casamento gay apesar de ser um Conservador, eu o apoio porque sou um Conservador”.

Nos países onde a religião permaneceu mais saliente para os partidos de centro-direita, a mudança apareceu de forma mais lenta. Os democratas-cristãos alemães, por exemplo, sob o comando da líder e primeira-ministra Angela Merkel (2005-21), passaram a apoiar a igualdade LGBTQ+ muito tardiamente. A Alemanha havia permitido o registro de uniões civis em 2001 sob o comando dos sociais-democratas, mas Merkel e seu governo da União Democrata-Cristã/União Social-Cristã (CDU/CSU) bloquearam a igualdade no casamento até, enfim, liberar o voto de seus membros no Parlamento em 2017. Mesmo assim, apenas um quarto dos parlamentares da CDU/CSU votou a favor do casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Filha de um pastor, Merkel opôs-se publicamente à igualdade no casamento até passar por uma suposta “conversão emocional” após conversar com um casal de lésbicas em seu distrito eleitoral em 2017. Enquanto vários parlamentares da CDU apoiavam privadamente os direitos dos homossexuais, eles se sentiam de mãos atadas por medo da desaprovação de seus eleitores e pelo poder de seus companheiros católicos devotos da CSU da Baviera. Em 2021, no entanto, quase 90% dos candidatos da CDU/CSU apoiavam a igualdade no casamento.¹

A divisão na direita radical

Quando se trata de sua posição sobre os direitos dos homossexuais, os partidos de direita radical divergem imensamente por região. A maioria é anti-imigração, islamofóbica e populista, e os partidos de direita radical do Leste Europeu e do sul da Europa também permanecem firmemente opostos aos direitos dos homossexuais. A direita radical na Europa Ocidental e dos países ao norte do continente, em contraste, já expressou apoio à causa, embora, muitas vezes, para sinalizar sua oposição ao Islã e à imigração do Sul Global.²

De fato, muitas vezes a direita radical classifica os direitos dos homossexuais como um pilar cultural da identidade e dos valores nacionais europeus, que os partidos de direita radical afirmam estar sob a ameaça da imigração muçulmana. Às vezes chamado de “homonacionalismo”, esse tipo de apoio cínico à diversidade sexual pode ser usado para “justificar o nacionalismo, o imperialismo, a supremacia branca, a guerra e o consumismo. É o uso dos direitos de um grupo marginalizado para oprimir outro”.³

Em grande parte do norte da Europa, e, particularmente, na Dinamarca, Suécia e Países Baixos, os direitos dos homossexuais não são mais um tema divisivo, mas, sim, um valor nacional amplamente aceito — e assim tem sido por mais de uma geração. Em 2002, o líder holandês da direita radical Pim Fortuyn, que era abertamente gay e seria assassinado no final daquele ano, vangloriou-se do fato de que “nos Países Baixos, a homossexualidade é tratada da mesma forma que a heterossexualidade” e perguntou: “em que país islâmico isso acontece?”.⁴ Em 2007, a líder do Partido Popular Dinamarquês, Pia Kjaersgaard, afirmou: “Na Dinamarca, aderimos aos valores liberais. Aceitamos e respeitamos as escolhas que as pessoas fazem. Aceitamos a homossexualidade. No Irã, você será enforcado por sua homossexualidade”.⁵

Nos últimos anos, partidos de direita radical na França, Alemanha e outros países da Europa Ocidental adotaram uma retórica semelhante. No entanto, escrevem os sociólogos Francesco Duina e Dylan Carson, isso “não equivale a um reconhecimento dos méritos intrínsecos de ser gay. O que importa é a liberdade de ser gay”. Eles citam como exemplo Florian Philippot, o número dois de 2012 a 2017 da Frente Nacional, partido de extrema-direita da França (que, desde 2018, passou a se chamar Reunião Nacional), que, em 2014, uma revista revelou ser gay. Philippot disse em 2017: “Somos um partido que não se importa com as preferências das pessoas, suas práticas sexuais ou o que quer que seja... Acima de tudo, você é um cidadão francês”.⁶

Portanto, os partidos de direita radical muitas vezes se aproveitaram dos direitos dos homossexuais de maneira oportunista, como um bordão nacionalista usado para atacar os imigrantes muçulmanos e a imigração (e, por associação, todos os imigrantes do Sul Global, independentemente da fé) como ameaças aos valores liberais definidores do Estado-nação. Essa mudança, que teve início há menos de vinte anos, foi possível porque esses partidos e seus apoiadores são, muitas vezes, culturalmente cristãos, mas não religiosamente devotos.

Assim, os partidos europeus de direita radical, que antes eram esmagadoramente dominados por “nativistas conservadores”, agora contam, entre seus membros, com uma parcela considerável (cerca de um terço) de “nativistas sexualmente modernos”. Enquanto a primeira geração da infantaria política da direita radical era composta principalmente de homens da classe trabalhadora com visões tradicionais sobre os papéis de gênero, os novos adeptos são mais jovens, mais educados e mais propensos a serem mulheres. Eles ainda abraçam o nacionalismo e se opõem veementemente à imigração, mas agora apoiam (pelo menos no discurso) posições sociais liberais, como a igualdade para gays e mulheres. O sucesso do partido político homônimo de Pim Fortuyn nas eleições gerais de 2002 nos Países Baixos, poucos dias após

seu assassinato, é visto por alguns como o momento em que essa nova tendência começou a se consolidar entre a direita radical.⁷

Por outro lado, os partidos de direita radical no Leste Europeu e no sul da Europa permanecem homofóbicos e não invocam os direitos dos homossexuais para despertar o medo da “invasão” muçulmana. Esses grupos de direita radical descrevem os direitos dos homossexuais como alheios à cultura nacional e um valor “exótico” imposto por atores internacionais liberais e pela União Europeia. Os casos da Polônia e da Hungria são os mais óbvios, mas discursos semelhantes ecoaram na Eslováquia, na República Tcheca e nos países bálticos.⁸

Tanto na Polônia quanto na Hungria, religião e nacionalismo estão interligados, com a religião sendo vista como uma característica definidora da nação. Os direitos dos homossexuais são vistos como incompatíveis com os valores nacionais e os valores familiares tradicionais defendidos pelas igrejas. O primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, e seu partido Fidesz, com a ajuda do partido de extrema-direita Jobbik, começaram a reverter duas décadas de progresso praticamente assim que chegaram ao poder em 2010, proibindo o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a adoção por casais gays e o conteúdo LGBTQ+ em salas de aula, livros escolares e programas de televisão infantis.⁹

Nos últimos anos, a direita radical na Polônia atacou a “ideologia LGBT”, ou seja, a suposta tentativa das pessoas LGBTQ+ de impor valores às crianças e à sociedade que são contrários à família tradicional. A direita radical polonesa, por sua vez, promoveu o estabelecimento de “zonas livres de LGBT”. Embora tenha sido, em grande parte, uma jogada de marketing, os defensores LGBTQ+ temem que essas zonas, introduzidas pela primeira vez em 2019, incentivem a violência e a discriminação contra os gays, citando ataques a duas paradas do orgulho LGBTQ+ e um enorme aumento nos crimes de ódio relatados desde 2019.¹⁰

Da mesma forma, a direita radical populista da Itália e da Espanha ainda se identificam fortemente com o catolicismo. Na Itália, os Irmãos da Itália (FdI), da primeira-ministra Giorgia Meloni, e a Liga, do vice-primeiro-ministro Matteo Salvini, opuseram-se à legislação de crimes de ódio que protege indivíduos LGBTQ+, a igualdade no casamento e a adoção por casais do mesmo sexo em nome da defesa da família tradicional. Na Espanha, o partido de direita radical Vox questionou a aceitação das pessoas LGBTQ+ no país, prometendo cortar o apoio a paradas de orgulho e currículos inclusivos, comparando a homossexualidade à bestialidade.¹¹ Ao longo dos anos, os partidos de direita radical italianos e espanhóis participaram de inúmeras manifestações (muitas vezes chamadas de “Dia da Família”) organizadas por grupos religiosos apoiados pela Igreja Católica para defender a família tradicional e se opor à expansão dos direitos dos indivíduos e casais LGBTQ+.

A ligação entre a direita radical e os atores religiosos também é evidente na coordenação transnacional da oposição aos direitos LGBTQ+. Por exemplo, um grupo pequeno, mas poderoso e bem financiado, de organizações nacionalistas cristãs dos EUA — a saber, a Alliance Defending Freedom [aliança em defesa da liberdade], o Family Research Council [conselho de pesquisa da família] e o World Congress of Families [congresso mundial das famílias] (WCF) — aproveitou-se da homofobia e transfobia endêmicas para encorajar a direita radical no Leste Europeu (bem como na África e no Caribe) a aprovar legislações anti-LGBTQ+.¹²

Esses grupos influenciaram diretamente os membros dos círculos internos de Vladimir Putin, Viktor Orbán e Andrzej Duda. Os laços transnacionais entre os movimentos remontam, no mínimo, a uma reunião de 1995 em Moscou entre o historiador norte-americano Allan Carlson e o sociólogo russo Anatoly Antonov que deu origem ao WCF — a organização que viria a apoiar a proibição da “promoção de relações sexuais não tradicionais” pelo Parlamento russo em 2013.

Em 2014, o WCF organizou uma reunião em Viena, Áustria, organizada pelo oligarca ortodoxo russo Konstantin Malofeev, para construir alianças anti-LGBTQ+ com partidos populistas de direita radical, incluindo a Liga da Itália, a Frente Nacional da França, o Partido da Liberdade da Áustria (FPÖ), o partido Ataka [ataque] da Bulgária e uma ramificação radical do movimento monarquista carlista da Espanha.¹³ Pouco tempo depois, o WCF mudou seu nome para Organização Internacional para a Família e seu presidente, Brian Brown, deu novo impulso à estratégia da organização de estreitamento dos laços com Moscou em uma reunião privada na Rússia em 2017.¹⁴

Os partidos políticos explicitamente religiosos da Europa são menos relevantes atualmente do que foram há algumas décadas, à medida que as sociedades europeias se tornavam cada vez mais seculares. Mas os partidos políticos que permanecem dependentes de igrejas para mobilizar sua base eleitoral frequentemente se alinham com instituições e líderes que podem ser abertamente homofóbicos e transfóbicos — por exemplo, a Igreja Católica e seus líderes na Alemanha, Áustria, Itália e Polônia, incluindo os prelados Carlo Maria Viganò (ex-secretário-geral do governo do Estado da Cidade do Vaticano e núncio papal nos Estados Unidos), Gerhard Müller (ex-prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé do Vaticano), Marek Jędraszewski (arcebispo de Cracóvia), Carlo Caffarra (ex-arcebispo de Bolonha), Raymond Leo Burke (ex-prefeito do Supremo Tribunal da Assinatura Apostólica) e Walter Brandmüller (ex-presidente do Pontifício Comitê das Ciências Históricas).

Na Europa Ocidental, os partidos religiosos sobreviventes são remanescentes da centro-direita que não se secularizou. Os apoiadores desses partidos permanecem devotos, e seus líderes não veem nenhuma vantagem na liberalização social. Assim, esses partidos permanecem firmemente antigays à medida que encolhem. Na Alemanha, na Itália e nos países escandinavos, o poder dos partidos religiosos diminuiu, mas eles ainda conseguem limitar o espaço para os direitos dos

homossexuais — por exemplo, usando sua influência em coalizões parlamentares para fazer com que os partidos de centro-direita relutem em se deslocar muito para o lado liberal.

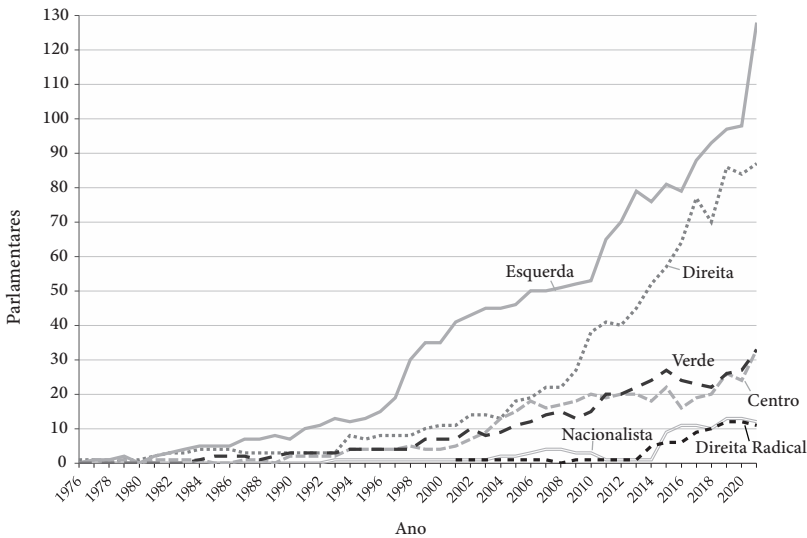
A influência da Igreja Católica permanece visível, no entanto, em alguns campos políticos de grandes partidos de centro-direita, como o Força Itália, do ex-primeiro-ministro italiano Silvio Berlusconi, e a CDU/CSU alemã, e partidos de direita radical, como a Reunião Nacional de Marine Le Pen, três vezes candidata a presidente na França. Quando os partidos estão divididos entre alas culturalmente cristãs e religiosamente católicas, a liderança e o apoio político aos direitos dos homossexuais tendem a ser irregulares e inconstantes.

Líderes LGBTQ+ de direita

A evolução da direita europeia em relação aos direitos de gays e lésbicas foi além da adoção de posições políticas e discurso favorável à inclusão de lésbicas, gays e bissexuais “assumidos” na liderança do partido, tanto em cargos eletivos quanto de nomeação política. Como mostra a Figura, na última década tem havido um crescimento impressionante no número de parlamentares eleitos abertamente lésbicas, gays e bissexuais de partidos à direita, e não apenas na Europa. Todos, exceto dois membros da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) — Coreia do Sul e Grécia — elegeram ao menos um parlamentar abertamente LGBTQ+. E, na grande maioria dos países da OCDE (28 de 38), pelo menos um parlamentar LGBTQ+ veio de um partido à direita do centro — Hungria, Polônia e Portugal foram as únicas exceções europeias.

Entre 1976 e 2021, mais de 140 parlamentares que se identificam como lésbicas, gays ou bissexuais de partidos europeus à direita do centro do espectro político foram eleitos (129) ou nomeados (12). O primeiro parlamentar assumidamente gay de qualquer orientação política

Figura: Parlamentares em exercício assumidamente LGBTQ+, por ideologia partidária



Nota: A figura representa 33 países da OCDE acrescidos de Malta, Liechtenstein e Parlamento Europeu.

foi eleito nos Países Baixos em 1976: Coos Huijsen, da União Cristã Histórica de centro-direita (um precursor do Apelo Democrata-Cristão). A segunda também era da centro-direita: Wenche Lowzow, do Partido Conservador da Noruega, que foi eleita em 1977, assumiu a homossexualidade em 1979 e cumpriu mandato até 1985. (Maureen Colquhoun, do Partido Trabalhista Britânico, assumiu a homossexualidade em 1977, após ser eleita em 1974, mas não conseguiu ser reeleita.)

Foi nas últimas duas décadas, no entanto, que aconteceu o aumento mais impressionante da representação LGBTQ+ de direita. Antes de 1997, havia apenas alguns políticos eleitos LGBTQ+ de qualquer orientação política. Naquele ano, mais da metade dos 36 parlamentares LGBTQ+ pertencia a partidos de esquerda. Nos anos 2000, o número de políticos eleitos LGBTQ+ representando a esquerda disparou, mas cresceu mais lentamente na direita. Em 2004, a razão entre parlamentares de esquerda e de direita era de quatro para um. Os parti-

dos de centro também produziram mais parlamentares assumidamente LGBTQ+ do que a direita. Mas, em 2005, a representação LGBTQ+ nacional em partidos à direita do centro do espectro político nos países da OCDE começou a aumentar dramaticamente e, em 2019, havia quase a mesma quantidade de parlamentares LGBTQ+ da direita (86) e da esquerda (97). A direita radical passou de apenas um parlamentar gay entre 2001 e 2013 para doze em 2020.

O aumento no número de representantes conservadores LGBTQ+ foi mais acentuado na Europa Ocidental e na Escandinávia. Em 2022, 27 dos 365 membros do Partido Conservador (Tory) da Câmara dos Comuns do Reino Unido eram abertamente gays, lésbicas ou bissexuais. Eles constituíram o maior bloco LGBTQ+ de qualquer partido no Parlamento britânico, maior do que o do Partido Trabalhista e o do Partido Nacional Escocês (centro-esquerda). Os LGBTQ+ conservadores também formam o maior bloco da Câmara dos Lordes. Na Alemanha, quatro dos treze parlamentares eleitos em 2021 eram da direita, três da esquerda e cinco dos Verdes. Sete dos catorze parlamentares LGBTQ+ na Suécia são de partidos à direita do centro do espectro político. E, nos Países Baixos, quase metade dos 36 parlamentares LGBTQ+ eleitos desde 1976 eram de direita, e a outra metade igualmente dividida entre esquerda e centro.

Conservadores gays ocuparam brevemente o mais alto cargo na Irlanda (Leo Varadkar) e na Noruega (Per-Kristian Foss), foram ministros em vários países e líderes de partido na Dinamarca (Søren Pape Poulsen) e Suécia (Tobias Billström). Houve até líderes LGBTQ+ de partidos de direita radical, incluindo Alice Weidel (AfD), Pim Fortuyn (LPF nos Países Baixos), Gerald Grosz (Aliança para o Futuro da Áustria) e Steeve Briois e Florian Philippot (ambos vice-líderes da Frente Nacional da França). Até agora, no entanto, o único parlamentar gay a ser eleito por um partido da direita cristã na Europa foi Ole Henrik Grønn, do Partido Democrata Cristão da Noruega, em 2005.

Mas ele imediatamente deixou o partido depois de assumir sua homossexualidade em 2008.

Quando se trata de gênero, apenas 13% dos parlamentares LGBTQ+ de partidos à direita do centro do espectro político são mulheres lésbicas, bissexuais ou trans (contra quase um terço dos parlamentares LGBTQ+ de partidos de centro-esquerda). As mulheres constituem 28% dos parlamentares LGBTQ+ da direita radical, proporção similar à da esquerda. Todos os parlamentares LGBTQ+ de direita são brancos.

O apoio da direita aos direitos dos homossexuais e aos candidatos gays trouxe consigo os votos LGBTQ+? Ainda não houve um estudo sistemático sobre o apoio de eleitores LGBTQ+ aos partidos à direita do centro do espectro político nas urnas envolvendo um número significativo de democracias eleitorais. Mas Douglas Page e Taylor Paulin estudaram o comportamento do voto declarado de casais do mesmo sexo em doze democracias da Europa Ocidental entre 2002 e 2018 usando dados da European Social Survey [pesquisa social europeia].¹⁵ Segundo Page e Paulin, embora os entrevistados lésbicas, gays e bissexuais tendam mais para a esquerda do que os eleitores heterossexuais, os partidos de centro-direita receberam mais votos dos entrevistados LGB (34,2%) do que a centro-esquerda (32,1%), os liberais (9,8%), a extrema esquerda (8,9%) ou os verdes (10,2%). Além disso, o apoio à direita radical aumentou 6,3% no período. No total, quatro em cada dez entrevistados LGB escolheram partidos à direita. Além disso, esses entrevistados se colocaram no ponto 4,7 (em média) de uma escala de 0 a 10 do espectro político esquerda-direita, apenas ligeiramente mais à esquerda que os entrevistados heterossexuais, que se colocaram no ponto 5,1.

Alguns dados de pesquisas de opinião também sugerem que o apoio da direita às questões dos direitos dos gays está produzindo resultado nas urnas. Por exemplo, uma pesquisa da Pink News de 2015 concluiu

que, depois que o Partido Conservador do primeiro-ministro britânico David Cameron apoiou a igualdade no casamento, o voto LGBTQ+ nos conservadores (26%) igualou-se ao no Partido Trabalhista (que caiu alguns pontos percentuais).¹⁶

Pesquisas de opinião também sugerem que alguns eleitores LGBTQ+ podem ter passado a apoiar a direita radical — incluindo a Frente Nacional francesa, em parte por causa de suas mensagens islamofóbicas. Sob Marine Le Pen, o partido adotou a retórica homonacionalista e aceitou líderes gays ilustres, apesar da persistente oposição do partido ao casamento gay.¹⁷ Não surpreende, portanto, que os partidos que procuraram ampliar a homofobia e a transfobia para mobilizar seus principais apoiadores tiveram menor apoio dos eleitores LGBTQ+, chegando até mesmo a perder votos desse eleitorado.

Separando o T do LGB

A aceitação de pessoas transgênero e não conformes com o gênero em 2022 estava aproximadamente no mesmo patamar da aceitação de gays e lésbicas há cinquenta anos, quando gays e lésbicas eram vítimas da intolerância social arraigada e da discriminação legal. A futura aceitação social da diversidade de gênero e da igualdade legal para pessoas trans e outras pessoas não conformes com o gênero pode seguir uma trajetória semelhante à dos direitos dos homossexuais. Essa história, no entanto, sugere que pode levar algum tempo até que as pessoas trans desfrutem da mesma aceitação, direitos e proteções atuais de lésbicas, gays e bissexuais. Mesmo que muitos movimentos democráticos de centro-esquerda estejam começando a perceber a importância de garantir os direitos trans, a relutância continua sendo a norma.

A ampla falta de familiaridade com uma comunidade que foi forçada a se esconder nas sombras por séculos é provavelmente um dos principais fatores por trás da intolerância persistente. Na maioria dos

países, permanecem limitados os direitos relacionados à identidade de gênero que as pessoas trans estão tentando garantir, como o direito de alterar o campo de gênero e a adição de uma terceira opção de gênero para documentos federais, proibições de discriminação no emprego e proteções contra crimes de ódio.

Os partidos à direita têm sido, na melhor das hipóteses, ambivalentes em relação às pessoas transgênero e, na pior das hipóteses, ácida e violentamente transfóbicos. De fato, enquanto a esquerda continuar se abstendo de apoiar entusiasticamente os direitos e proteções trans, a centro-direita não terá nada o que ecoar e nem terá provas de que seria recompensada por isso (por exemplo, a perspectiva de aumento de votos). Tampouco estará disposta a assumir a liderança em uma questão tão controversa.

Até mesmo os partidos mais à direita e os políticos que estão fortemente comprometidos com a igualdade gay e lésbica, como os conservadores britânicos, são profundamente ambivalentes e omissos em relação aos direitos dos transgêneros. Em outubro de 2022, uma ampla maioria dos parlamentares conservadores britânicos permaneceu contrária aos direitos trans.¹⁸

Em particular, embora tenha havido aumento significativo de parla-

Na Europa Ocidental, a direita radical apoia os direitos dos homossexuais em nome do nacionalismo cultural, enquanto no Leste Europeu e sul da Europa, a direita radical continua se opondo aos “direitos gays” e continua a ver a homossexualidade como “algo exótico”.

mentares LGB em partidos mais à direita, apenas um dos oito parlamentares transgêneros de países da OCDE é de um partido à direita do centro do espectro político — Jamie Wallis, um conservador britânico que se assumiu como trans em 2022 após ser eleito em 2019. Em 2009, Nikki Sinclair foi eleita para o Parlamento Europeu como membro do Partido da Independência do Reino Unido (UKIP),

de direita radical, mas ela não se assumiu como trans até 2013, três anos depois de se desfiliar do UKIP e tornar-se independente.

A direita radical está especialmente determinada a caracterizar as pessoas trans como uma ameaça à hegemonia cultural e aos papéis de gênero “tradicionais”. Ao contrário dos direitos dos homossexuais na Europa Ocidental, o apoio aos direitos trans ainda não se tornou um valor nacional fundamental. Assim, eles não são uma arma conveniente para alimentar a islamofobia a fim de levar os eleitores às urnas. A hostilidade da direita religiosa aos direitos trans é igualmente patente. Ela vê nas pessoas transgênero e não binárias um flagrante conflito com a doutrina religiosa e os papéis tradicionais de gênero que ela exige.

Por vezes, a direita radical e a direita religiosa unem forças para se opor aos direitos trans. No Leste Europeu e no sul da Europa, as igrejas e a direita radical protestam juntas contra a igualdade de gênero e os “degenerados sexuais”. Em junho de 2022, a futura primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni, discursou na Espanha diante de uma multidão de ativistas religiosos e apoiadores do partido de extrema-direita Vox. Em uma tentativa de elevar sua reputação internacional entre os grupos de extrema-direita, ela denunciou duramente a “ideologia de gênero” e a “ideologia LGBT” e expressou apoio aos valores tradicionais da família cristã.¹⁹

Essas expressões não começaram com Meloni. “Ideologia de gênero” e “ideologia LGBT” são frases de efeito que apresentam os direitos LGBTQ+ como uma imposição de um sistema de crenças que ameaça os valores cristãos. Os proponentes desses conceitos argumentam que a expansão dos direitos LGBTQ+ promoveria a homossexualidade, ameaçaria a família tradicional e destruiria os papéis tradicionais de gênero.²⁰

Nesse contexto, a direita radical e a direita religiosa vêm trabalhando juntas contra os direitos LGBTQ+ há anos. A colaboração remonta

a pelo menos quinze anos atrás na Itália e na Espanha, quando essas forças se uniram para organizar uma série de protestos anti-LGBTQ+ chamados de “Dia da Família”.

Na Polônia, a Igreja Católica e o partido Lei e Justiça têm se aliado na luta contra os direitos LGBTQ+. Nas eleições presidenciais de 2020, o atual presidente, Andrzej Duda, do partido Lei e Justiça, e o arcebispo de Cracóvia protestaram contra a “ideologia LGBT” e a “praga do arco-íris”.²¹ Durante a campanha, Duda assinou uma “Carta da Família”, expressando oposição ao casamento e à adoção por pessoas do mesmo sexo e prometendo proteger as crianças da ideologia LGBT, enquanto os padres católicos apoiaram abertamente a reeleição de Duda. As lideranças ortodoxas húngaras e o Fidesz de Orbán também formaram uma aliança anti-LGBTQ+, que culminou nos referendos anti-LGBTQ+ da Hungria em 2022, que tentavam proibir a promoção da homossexualidade e de informações sobre terapias de afirmação de gênero destinadas a menores de idade, bem como procedimentos médicos de afirmação de gênero voltados a eles. As medidas não atingiram o patamar exigido de 50% dos eleitores registrados.²²

Curva à direita

Nas últimas duas décadas, a direita europeia mudou conscientemente sua posição sobre os direitos dos homossexuais — de desaprovação para diferentes graus de apoio. A centro-direita e a extrema direita têm motivações diferentes para abraçar os direitos dos homossexuais. Os partidos tradicionais de centro-direita tornaram-se mais pró-gays depois de se tornarem mais seculares, reconceituando e incorporando famílias do mesmo sexo aos valores familiares tradicionais e usando o liberalismo social para provar que se modernizaram.

A posição dos partidos de direita radical, no entanto, está dividida. Na Europa Ocidental, a direita radical apoia os direitos dos

homossexuais em nome do nacionalismo cultural, enquanto no Leste Europeu e sul da Europa, a direita radical continua se opondo aos “direitos gays estrangeiros” e continua a ver a homossexualidade como uma característica exótica. Da mesma forma, os partidos da direita religiosa, que dependem dos votos de cristãos devotos, resistiram à maré liberalizante.

Até o momento, nenhum partido de direita — seja secular ou religioso, centrista ou radical — expressou apoio aos direitos e identidades transgêneros. Os eleitores bissexuais (de longe, a maioria da comunidade LGBTQ+) e seus problemas, enquanto isso, são igualmente negligenciados — o sentimento de que a bifobia é menos consequente mascara o fato de que as pessoas bissexuais muitas vezes enfrentam mais dificuldades do que gays e lésbicas.²³

Se um partido calcula que obterá mais votos apoiando os direitos LGBTQ+, então ele o fará. Mas, se a base de um partido permanece profundamente oposta aos direitos LGBTQ+ por qualquer motivo, então esse partido tem pouco incentivo para liberalizar. Como não há evidências de que o reconhecimento de direitos de transgêneros e pessoas não conformes com o gênero seja, atualmente, um puxador de votos para qualquer partido em qualquer lugar, o apoio político a eles provavelmente permanecerá inalterado até que haja uma aceitação social mais ampla de diversas identidades de gênero.

A história recente sugere que o progresso dos direitos dos homossexuais seja impulsionado por um círculo virtuoso de sinalização da elite e de evolução dos valores sociais (em parte o produto de movimentos sociais de base). À medida que gays e lésbicas se tornaram mais visíveis na sociedade, os níveis de homofobia diminuíram na mesma proporção. As elites políticas às vezes estiveram à frente de seus eleitores em questões de direitos gays e, outras vezes, mudaram suas posições com base nas demandas dos eleitores. Quer seja a adoção dos direitos dos homossexuais por partidos à direita do centro do espectro político sincera, oportunista ou

cínica, no entanto, a existência de um marco normativo melhor é extremamente importante e servirá de base para ganhos futuros.

Cada político LGBTQ+ de partidos mais à direita eleito quebra um pouco mais o “teto de vidro”^{*NT} para o próximo candidato. Esses líderes tornam-se modelos que, às vezes por sua própria existência, inspiram outras pessoas LGBTQ+ a seguir seus passos. Eles também combatem as dúvidas sobre a elegibilidade — ou seja, a preocupação entre os eleitores e líderes partidários de que o eleitorado mais amplo possa rejeitar os candidatos LGBTQ+, tornando-os uma escolha arriscada. Ter candidatos LGBTQ+ à direita também diminui o poder da homofobia como um tema divisivo de campanha. Uma vez eleitos, os políticos LGBTQ+ terão um papel na elaboração de leis e políticas públicas relacionadas a questões LGBTQ e podem ser fundamentais na criação de coalizões parlamentares interpartidárias pró-gays, facilitando ainda mais o avanço dos direitos LGBTQ+.

No entanto, o apoio da direita aos direitos dos homossexuais não garante uma causa comum com outros grupos minoritários. Abraçar a igualdade gay e lésbica faz pouco, por exemplo, para combater a bifobia e, menos ainda, a transfobia. De fato, embora seja cada vez mais *gay-friendly* (amigável aos gays), a direita talvez seja mais abertamente transfóbica do que nunca. Portanto, não é surpresa que o aumento do apoio global aos direitos dos homossexuais nos últimos anos tenha sido acompanhado por uma crescente polarização e uma mobilização mais forte contra os direitos dos transgêneros. E a crença nos benefícios da inclusão de minorias sexuais parece ser incapaz de desenvolver empatia com as minorias étnicas. O homonacionalismo, em sua essência, coloca o cristão branco acima da pessoa não cristã e não branca, independentemente de essa pessoa ser gay ou heterossexual. Ao usar a proteção dos direitos dos homossexuais para justificar posições islamofóbicas e xenofóbicas, o homonacionalismo reviveu a velha estratégia de colocar as minorias umas contra as outras. Resta saber o quão interessante essa estratégia ainda é.

^{*NT}: “Teto de vidro” (*glass ceiling*) é uma metáfora usada para representar uma barreira invisível que impede que um determinado grupo ultrapasse um certo nível na hierarquia de instituições.

Notas

¹ Michael Jankowski, “Slowly Adopting: The Impact of Same-Sex Marriage Legalisation on the Attitudes of Parliamentary Candidates in Germany”, *European Journal of Politics and Gender* 6, n. 1 (setembro 2022): 1-4.

² C. Heike Schotten, “Homonationalism: From Critique to Diagnosis, or, We Are All Homonational Now”, *International Feminist Journal of Politics* 18, n. 3 (2016): 352.

³ Chris Kofri, “Interview with Phillip M. Ayoub”, Max Planck Institute for the Study of Religious and Ethnic Diversity, s.d., <https://www.mmg.mpg.de/71898/interview-with-phillip-m>.

⁴ Elizabeth Kolbert, “Beyond Tolerance: What did the Dutch see in Pim Fortuyn?”, *New Yorker*, 1 setembro 2002, <https://www.newyorker.com/magazine/2002/09/09/beyondtolerance>.

⁵ Tjitske Akkerman, “Gender and the Radical Right in Western Europe”, *Patterns of Prejudice* 49 (2015): 37-60.

⁶ Francesco Duina e Dylan Carson, “Not So Right After All? Making Sense of the Progressive Rhetoric of Europe’s Far-Right Parties”, *International Sociology* 35 (2019): 3-21; citação de Angelique Chrisafis, “The Man Who Could Make Marine Le Pen President of France”, *Guardian*, 31 janeiro 2017, <https://www.theguardian.com/world/2017/jan/31/florian-philippot-could-make-marine-le-pen-president-france>.

⁷ Caroline Lancaster, “Not So Radical After All: Ideological Diversity Among Radical Right Supporters and Its Implications”, *Political Studies* 68, n. 3 (2020): 600-616.

⁸ Zack Beauchamp, “How Hatred of Gay People Became a Key Plank in Hungary’s Authoritarian Turn”, *Vox*, 28 junho 2021, <https://www.vox.com/22547228/hungary-orban-lgbtlaw-pedophilia-authoritarian>.

⁹ “Hungary Once Held + Promise—Then Orbán Stepped In”, *Politico*, 6 julho 2021, <https://www.politico.eu/article/hungary-once-held-lgbtq-promise-then-viktor-orban-won/>.

¹⁰ Simon Ostrovsky, “‘Anti-LGBT Ideology Zones’ Are Being Enacted in Polish Towns”, *PBS News Weekend*, 29 agosto 2021, <https://www.pbs.org/newshour/show/anti-lgbt-ideology-zones-are-being-enacted-in-polish-towns>; Rachel Savage, “Hate Crime, Violence Feared in Polish ‘LGBT-Free Zones’”, *Reuters*, 10 fevereiro 2021, <https://www.reuters.com/article/us-poland-lgbt-europe-trfn/hate-crime-violence-feared-in-polish-lgbt-free-zones-idUSKBN2AA20S>.

¹¹ Belén Carréño, “Far-right Vox Challenges Spain’s Acceptance of LGBT Rights”, *Reuters*, 24 maio 2019, <https://www.reuters.com/article/us-spain-politics-vox-lgbt/far-right-vox-challenges-spains-acceptance-of-lgbt-rights-idUSKCN1SUIOC>.

¹² Kristina Stoeckl, “The Rise of the Russian Christian Right: The Case of the World Congress of Families”, *Religion, State, and Society* 48, n. 4 (2020): 223-38; Austral Poverty Law Center, “Alliance for Defending Freedom”, página web, s.d., <https://www.splcenter.org/fighting-hate/extremist-files/group/alliance-defending-freedom>.

¹³ Hélène Barthélemy, “How the World Congress of Families Serves Russian Orthodox Political Interests”, Southern Poverty Law Center, 16 maio 2018, <https://www.splcenter.org/hatewatch/2018/05/16/how-world-congress-families-serves-russian-orthodox-political-interests>.

¹⁴ J. Lester Feder, “A Leading US Social Conservative Just Launched A Mission to Moscow for the Trump Era”, BuzzFeed News, 7 fevereiro 2017, <https://www.buzzfeednews.com/article/lesterfeder/a-leading-us-social-conservative-just-launched-a-mission-to-moscow-for-the-trump-era>.

¹⁵ Douglas Page e Taylor Paulin, “Revisiting the Lavender Vote”, Electoral Studies 80 (dezembro 2022).

¹⁶ André Rhoden-Paul, “Tories Draw Level with Labour in Winning Gay Vote”, *Guardian*, 23 março 2015, <https://www.theguardian.com/politics/2015/mar/23/tories-level-labour-gay-vote>.

¹⁷ Will Chalk, “Why Gay French Men Are Voting Far Right”, BBC, 20 abril 2017, <https://www.bbc.com/news/newsbeat-39641822>.

¹⁸ Liz Bates, “Overwhelming Majority of Tory MPs Oppose Transgender Rights Overhaul—New Poll”, PoliticsHome.com, 14 outubro 2018, <https://www.politicshome.com/news/article/overwhelming-majority-of-tory-mps-oppose-transgender-rights-overhaul--new-poll>.

¹⁹ “LGBTQ Italians on Alert as Right-Wing Alliance Triumphs in Election”, NBC News, 27 setembro 2022, <https://www.nbcnews.com/nbc-out/out-politics-and-policy/lgbtq-italians-alert-right-wing-alliance-triumphs-election-rcna49593>.

²⁰ Sonia Corrêa, “Gender Ideology: tracking its origins and meanings in current gender politics”, LSE Blog, 11 dezembro 2017, <https://blogs.lse.ac.uk/gender/2017/12/11/gender-ideology-tracking-its-origins-and-meanings-in-current-gender-politics/>.

²¹ Anne Applebaum, “Poland’s Rulers Made Up a ‘Rainbow Plague’”, *Atlantic*, 13 julho 2020, <https://www.theatlantic.com/ideas/archive/2020/07/polands-rulers-manufactured-a-rainbow-plague/614113/>.

²² Elżbieta Korolczuk, “The Fight Against ‘Gender’ and ‘LGBT Ideology’: New Developments in Poland”, *European Journal of Politics and Gender* 3 (fevereiro 2020): 165-67, e Phillip M. Ayoub, “Attacking LGBT Life Helped the Right-Wing Polish President Win Reelection—Barely”, Monkey Cage, *Washington Post*, 21 julho 2020.

²³ Ver “Supporting and Caring for Our Bisexual Youth”, Human Rights Campaign Foundation, 2014, https://assets2.hrc.org/files/assets/resources/Supporting_and_Caring_for_Bisexual_Youth.pdf; Elyn Ruthstrom, “Bisexual Health Awareness Month Draws Attention to Community’s Urgent Health Needs”, postagem no blog da National LGBTQ Task Force, <https://www.thetaskforce.org/bisexual-health-awareness-month-draws-attention-to-communitys-urgent-health-needs/>.

Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#EstadoDemocracia>

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

Meios de comunicação e Democracia:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#MediosComunicacion>

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#EnsaioDemocracia>

Sociedade civil e democracia:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#CohesionSocial>

Bibliotecas virtuais:

<https://www.plataformademocratica.org/biblioteca>

<https://www.plataformademocratica.org/biblioteca-sociedade>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#RecursosPesquisa>